

CIBEC/INEP



B0032093

P R O G R A M A



Toda Criança na Escola

014.12
23pr

Ministério
da Educação
e do Desporto



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Ministério da Educação e do Desporto

**Programa
"TODA CRIANÇA
NA ESCOLA"**

**Brasília
Setembro de 1997**

Sumário

I -	Caracterização do Programa	5
II -	Um breve diagnóstico do problema	15
III -	Situações-tipo de exclusão.....	29
IV -	Condições que viabilizam a meta "Toda Criança na Escola".....	33
V -	Alternativas pedagógicas que serão incentivadas.....	39
VI -	Estratégias de ação.....	43
VII -	Principais ações a serem desenvolvidas.....	45
VIII -	Formas de financiamento.....	47

I - Caracterização do Programa

O direito à educação é universalmente reconhecido como direito fundamental do homem, sem distinção de gênero, raça, idade ou classe social. Outro princípio amplamente aceito nas democracias contemporâneas é o que proclama o dever do Estado de provê-la, direta ou indiretamente, aos seus cidadãos. A Constituição de 1988, fiel à tradição republicana, acolheu a ambos. Mas estendeu também à família e à sociedade a responsabilidade de colaborar com o Poder Público na promoção da educação para todos.

Além de ser requisito para o exercício pleno da cidadania, o acesso à educação básica é condição mínima e indispensável de integração e empregabilidade na nova sociedade do conhecimento e da informação. Neste contexto de transição rumo ao século XXI, a sociedade passou a exigir mais da escola. Portanto, ao lado do esforço para universalizar o atendimento, o sistema educacional está sendo desafiado a melhorar o ensino, visando formar cidadãos críticos e criativos, com capacidade de traçar seu futuro no ambiente de competitividade criado pelo processo de globalização econômica e cultural e pelas rápidas transformações tecnológicas. Este é o debate de que se ocupam os países que já completaram a universalização da educação básica, com padrões satisfatórios de qualidade.

No Brasil, ao desafio de construir a escola do próximo século soma-se a urgência de prover educação básica para todos desde já. Com esta compreensão do problema, o governo federal elegeu o ensino fundamental como prioridade absoluta da área educacional. Seguindo essa determinação, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) vem implementando um conjunto de políticas que contempla, simultaneamente, ações para ampliação da oferta e para recuperação e melhoria da escola pública. Todos os programas seguem a mesma diretriz de descentralização, promovendo a colaboração com estados e municípios e fortalecendo a autonomia da escola e a participação da sociedade civil.

Como resultado desses esforços coordenados das diferentes instâncias do Poder Público e da mobilização social, os dados mais recentes indicam claramente uma evolução positiva do sistema de educação básica, tanto em termos de cobertura quanto de eficiência. De 1991 a 1996, a taxa de escolarização líquida da população na faixa etária obrigatória, dos 7 aos 14 anos, aumentou de 86% para cerca de 91% (Gráfico 1). No mesmo período, a taxa de atendimento subiu de 91,6% para 96% e a taxa de escolarização bruta cresceu de 106% para 116%. Estes indicadores medem a amplitude do atendimento escolar sob diferentes ângulos e merecem um breve detalhamento.

A taxa de escolarização líquida indica o percentual de crianças de 7 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental em relação ao total da população na mesma faixa etária. Este índice sugere, portanto, que já se chegou muito perto de universalizar o acesso a esse nível de ensino. Mas as diferenças regionais ainda são bastante acentuadas. As Regiões Norte e Nordeste, apesar do expressivo aumento de 11 pontos percentuais, de 1991 a 1996, continuam apresentando as piores taxas de escolarização do País (Tabela 1).

A taxa de atendimento, por sua vez, refere-se ao percentual de matrículas na faixa etária obrigatória, independentemente do nível de ensino. Portanto, esse índice contabiliza as crianças que, mesmo com idade de sete anos ou mais, continuam freqüentando a pré-escola ou as classes de alfabetização, ainda muito comuns nas Regiões Norte e Nordeste. Somam-se, ainda, as matrículas da educação especial e, em número bem menor, dos alunos que chegaram ao ensino médio antes de completar 15 anos.

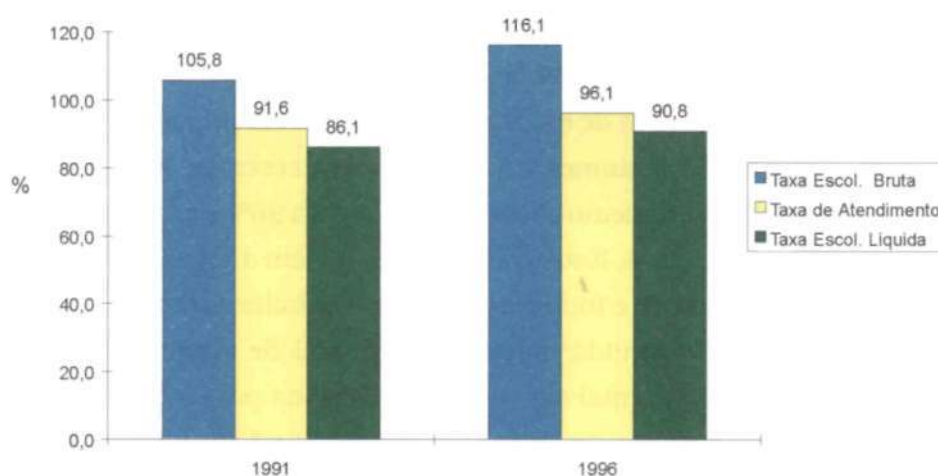
Por fim, a taxa de escolarização bruta mostra a relação entre o total de matrículas do ensino fundamental, independentemente da faixa etária dos alunos, e o total da população de 7 a 14 anos. O fato de essa taxa alcançar expressivos 116% indica que uma proporção muito significativa dos alunos apresenta distorção série/idade, ou seja, tem idade cronológica superior à faixa correspondente a cada série. Isso explica por que o número de matrículas é muito superior ao tamanho da população em idade escolar, embora ainda haja crianças nessa faixa etária fora da escola.

Conclui-se, portanto, que a atual capacidade de atendimento dos sistemas estaduais e municipais de ensino já seria suficiente para garantir vagas para todas as crianças de 7 a 14 anos, desde que não houvesse taxas tão elevadas de repetência, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental.

É importante observar que a expansão da oferta tem sido mais pressionada pela retenção dos alunos do que propriamente pela demanda de novas matrículas. No período de 1994 a 1997, as matrículas de 1ª a 4ª séries apresentaram uma variação positiva de apenas 1,9%, o que desenha um quadro de estabilização à medida que o acesso ao ensino fundamental está sendo universalizado. Este ritmo de aumento das matrículas nas séries iniciais está muito próximo do crescimento demográfico do País. Em contrapartida, as matrículas de 5ª a 8ª séries tiveram um expressivo aumento de 10% no mesmo período, indicando claramente a tendência de progressiva melhoria do fluxo escolar.

GRÁFICO I

Taxa de Escolarização Bruta, Taxa de Escolarização Líquida e Taxa de Atendimento na Faixa Etária de 7 a 14 anos. Brasil - 1991 e 1996



Fontes: MEC/INEP/SEEC
IBGE

Notas: População 1991 - Censo Demográfico - IBGE
População 1996 - Estimativa - MEC/INEP/SEEC.

O inchaço do ensino fundamental decorre, portanto, basicamente do elevado índice de distorção idade/série. Esse fenômeno tem como causas principais a repetência e a evasão. De acordo com o Censo Escolar de 1996, mais de 63% dos alunos do ensino fundamental têm idade superior à faixa etária correspondente a cada série. No Nordeste essa situação é mais dramática, chegando a 80% o índice de distorção série/idade. Este problema dá a exata dimensão do grau de ineficiência do sistema educacional do País: os alunos levam em média 11,2 anos para completar as oito séries do ensino fundamental.

Tomando como referência a coorte de idade de 14 anos, vamos observar que, dos 3,6 milhões de adolescentes nessa faixa etária em 1996, apenas cerca de 620 mil frequentavam a 8ª série do ensino fundamental. Além de indicar atraso no percurso escolar dos alunos, o que tem sido um dos principais fatores de evasão, a situação de distorção série/idade provoca custos adicionais aos sistemas de ensino. Basta considerar que o número de matrículas é cerca de 30% superior ao total da população na faixa etária de 7 a 14 anos. Corrigir essa situação tornou-se prioridade da política educacional. Com esse objetivo, o MEC criou o *Programa de Aceleração da Aprendizagem*, que incentiva e apóia os sistemas estaduais e municipais de ensino a adotarem práticas pedagógicas que permitam aos alunos recuperar o atraso escolar.

Entretanto, apesar desse excesso de matrículas, que congestionava sobretudo as séries iniciais do ensino fundamental, ainda existem cerca de 2,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, conforme indicou o resultado da Contagem da População de 1996, do IBGE. Este contingente corresponde a quase 10% da população nessa faixa etária, o que significa que uma em cada 10 crianças em idade escolar ainda estaria excluída do sistema de educação formal.

Todavia, é preciso considerar que o levantamento do IBGE, realizado no segundo semestre, retrata um quadro agravado pela alta taxa de abandono registrada ao longo do ano letivo. O Censo Escolar, que apura o número inicial de matrículas, por séries, por níveis e modalidades de ensino, mostra uma situação menos dramática, com apenas cerca de 4% das crianças na faixa de escolarização obrigatória sem nenhum tipo de atendimento escolar.

O próprio sistema de ensino tem gerado exclusão escolar e social. Parte das suas causas tem raízes na própria escola, ditadas por razões que dizem respeito à inadequação dos currículos, à deficiência na formação inicial e continuada dos professores, às avaliações equivocadas que insistem em responsabilizar o aluno pelo seu próprio fracasso e que terminam por estimular o abandono da escola. Mas seria um equívoco circunscrever o problema às causas de natureza educacional. Isso porque a evasão escolar também está associada às desigualdades econômicas e disparidades regionais. Seria ingênuo, portanto, pretender integrar essas crianças e adolescentes na escola sem levar em conta as condições materiais da sua existência e outras variáveis não-educacionais.

A complexidade do problema pode ser avaliada pelo fato de que nenhum país logrou até agora atingir 100% de escolarização na faixa do ensino obrigatório, fato confirmado pelas estatísticas da OECD (Organization for Economic Co-operation and Development). A última pesquisa divulgada pelo organismo, apresentando os indicado-

res de 1994, aponta uma taxa de escolarização líquida média de 96,4%, na faixa de 5 a 14 anos, para o grupo das 27 nações capitalistas mais industrializadas¹. Segundo a mesma fonte, a taxa de atendimento nessa faixa etária é de 99,4% na Bélgica, de 98,8% na Alemanha, de 97,8% no Canadá, de 97,7% nos Estados Unidos e de 95,3% na Suécia.

A pesquisa do IBGE permite separar as crianças e pré-adolescentes que não tiveram acesso à escola na idade própria - seja por falta de vagas ou seja por situações de exclusão social - daqueles que já freqüentaram a escola e se evadiram por diferentes motivos. Contudo, a magnitude do número absoluto de crianças fora da escola apontado pela Contagem da População parece confirmar um fenômeno já detectado pelo Censo Escolar, que diz respeito à persistência de elevadas taxas históricas de abandono nas séries iniciais do ensino fundamental.

De fato, estima-se que durante o ano letivo ocorra em todo o País uma perda média de 15% em relação às matrículas iniciais. Como o levantamento do Censo Escolar acontece sempre no início de cada ano, tendo como informante a unidade escolar, e a Contagem da População de 1996 realizou-se no segundo semestre, tendo como informante o domicílio, já era esperado que esta pesquisa indicasse um número maior de crianças fora da escola, o que realmente aconteceu.

Este aspecto metodológico, que explica as diferenças entre os resultados das duas pesquisas, é relevante para uma abordagem correta da questão, desencorajando soluções simplistas e demagógicas, como a construção de mais escolas. Na maioria das situações, o problema de ainda haver crianças fora da escola não tem como causa determinante o déficit de vagas, estando mais relacionado com a precariedade do ensino e com as condições de exclusão e marginalidade social em que vivem segmentos da população brasileira. Isso não significa desconhecer realidades onde existe má distribuição geográfica da oferta, que pode ser corrigida com a reorganização e a racionalização da rede. Também não se ignora que sempre haverá a necessidade de se construir novas escolas para atender à demanda criada pelos movimentos migratórios da população.

Mas é importante notar que os sistemas de ensino expandiram suas redes além do que seria necessário para assegurar vaga a todas as crianças de 7 a 14 anos. Basta observar que o número de matrículas no ensino fundamental - conforme indica a Tabela 1 - já supera largamente o total da população nessa faixa etária. Esse dado revela que a atual capacidade de atendimento dos sistemas estaduais e municipais é suficiente para garantir a universalização desse nível de ensino, desde que sejam implementadas ações que revertam as elevadas taxas de repetência e de distorção série/idade.

Dessa forma, o fluxo escolar poderá ser regularizado, acabando com o problema das classes superlotadas e liberando vagas para as crianças que ainda estão fora da escola. Portanto, ao lado do esforço para reintegrar na escola crianças e adolescentes que

¹ Na maioria dos países da OECD, a escolarização obrigatória tem início a partir dos 6 anos de idade. Naturalmente, as taxas de atendimento tendem a aproximar-se de 100% quando consideradas apenas as coortes de idade na faixa de educação compulsória. Fonte: OECD / Centre For Educational Research and Innovation. *Education at a glance - OECD Indicator*. 1996

TABELA I
Taxas de Escolarização Bruta e Líquida na Faixa Etária de 7 a 14 Anos
Brasil e Regiões - 1991 e 1996

Região	Ano	População 7-14 anos	Matrícula Fundamental	Bruta %	Mat. Fundamental 7-14 anos	Líquida %
Brasil	1991	27.611.580	29.203.724	105,8	23.777.428	86,1
	1996	28.525.815	33.131.270	116,1	25.909.860	90,8
Norte	1991	2.248.157	2.246.339	99,9	1.780.876	79,2
	1996	2.417.649	2.820.531	116,7	2.171.209	89,8
Nordeste	1991	9.010.532	8.650.474	96,0	6.528.914	72,5
	1996	9.180.333	10.475.469	114,1	7.601.089	82,8
Sudeste	1991	10.737.330	11.965.480	111,4	10.185.214	94,9
	1996	11.127.665	12.958.674	116,5	10.558.852	94,9
Sul	1991	3.811.860	4.201.369	110,2	3.589.194	94,2
	1996	3.899.007	4.475.774	114,8	3.773.730	96,8
Centro-Oeste	1991	1.803.701	2.140.062	118,6	1.693.230	93,9
	1996	1.901.161	2.400.822	126,3	1.804.980	94,9

Fontes: MEC/INEP/SEEC
 IBGE

Nota: População 1991 - Censo Demográfico - IBGE
 Matrícula 1991 e 1996 - Censo Escolar - MEC/INEP/SEEC
 População 1996 - Estimativa - MEC/INEP/SEEC

se evadiram e matricular aqueles que não tiveram acesso na idade própria, deverão ser adotadas novas práticas pedagógicas, sem o que a sua permanência será incerta.

Esta é uma meta que não pode mais ser protelada, se quisermos um país com menos desigualdade e com mais capacidade de se realizar como nação. Há consenso de que a não-garantia de acesso à escola na idade própria, seja por incúria do Poder Público ou por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando qualquer perspectiva de futuro para milhões de brasileiros. A população em idade escolar fora da escola pode variar para mais ou para

menos, dependendo da metodologia da pesquisa e, principalmente, do período em que as informações são coletadas. Por essa razão, os números sempre estarão sujeitos a correções e controvérsias.

No entanto, a convicção ética e política de que a permanência desse quadro é inaceitável deve sobrestar as discussões técnicas sobre o quantitativo exato de crianças fora da escola. Ao assumir uma decisão categórica de enfrentar o problema com um programa emergencial, o governo interpreta a vontade majoritária da sociedade, que já identifica a educação como o mecanismo mais eficaz de redistribuição de renda e de mobilidade social. Neste sentido, impõe-se como um imperativo de justiça social garantir o acesso à educação básica a todos os brasileiros.

Além disso, a dinâmica do processo de reestruturação do sistema produtivo - que tem como motor a globalização da economia e como acelerador os avanços tecnológicos - desencadeou profundas mudanças no mercado de trabalho, estabelecendo um cenário de grande mobilidade ocupacional, no qual a escolaridade é fator determinante de empregabilidade. A educação, porém, não define apenas as chances de sucesso de cada indivíduo; ela se tornou vital para o destino do País. É o desempenho do sistema educacional, mais do que qualquer outra variável, que vai garantir ao Brasil condições de integrar-se de forma soberana e competitiva no mundo globalizado do próximo século. Portanto, também sob esse aspecto, é imprescindível que governo e sociedade se mobilizem para acabar com o déficit educacional e promover um salto de qualidade no ensino básico.

As crianças e adolescentes que ainda estão fora da escola, em sua maior parte, encontram-se nessa condição por pertencer a famílias que integram os estratos da população socialmente excluída, concentrados em bolsões de pobreza localizados, em sua grande maioria, no Nordeste e na periferia dos centros urbanos. Ao serem privados da oportunidade de adquirir a escolarização básica, estarão também condenados à exclusão social e ao obscurantismo cultural, numa forma perversa de marginalidade transmitida por herança. Há, ainda, uma população sem atendimento escolar dispersa geograficamente nas áreas de garimpo e de fronteira agrícola, sobretudo nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

Por fim, é preciso considerar ainda que as crianças em idade escolar fora da escola encontram-se, invariavelmente, sujeitas a situações de risco, como é o caso das meninas e meninos de rua nos grandes centros urbanos, ou dos trabalhadores-mirins explorados em carvoarias, canaviais e plantações de sisal. Diante dessa realidade, o governo federal lançou o desafio de garantir, em conjunto com estados e municípios e com a indispensável cooperação das organizações da sociedade civil, que todas as crianças em idade escolar tenham assegurados o acesso e a permanência na escola. O Programa "Toda Criança na Escola" responde ao compromisso e à determinação do governo de perseguir essa meta.

Esta iniciativa articula-se com um conjunto de ações educacionais e de promoção da cidadania que já estão sendo implementadas pelos governos federal, estaduais e municipais. É o caso do combate à exploração do trabalho infantil, com uma fiscalização

mais severa e com o Programa Vale-Cidadania, criado pelo governo federal, por intermédio dos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social, e implementado em parcerias com os governos estaduais de Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Outro bom exemplo de política que concilia objetivos educacionais com atendimento aos estratos mais carentes da população são os programas de renda mínima e de bolsa-escola, criados por algumas prefeituras e por governos estaduais e do Distrito Federal. Este não é, contudo, um problema que admita soluções isoladas, embora deva ser enfrentado no âmbito local.

À primeira vista, tem-se a impressão de que o Brasil já venceu a etapa mais difícil na democratização do ensino, ao garantir matrícula na escola fundamental para 33,7 milhões de alunos, em 1997. Sem dúvida, este é um grande avanço, que traduz os esforços realizados pelo País nas últimas décadas para universalizar o acesso à escola, por meio de uma política de investimentos na expansão da rede física. Agora, o desafio torna-se mais complexo, pois não se trata apenas de abrir mais vagas na escola, mas de criar as condições de permanência e sucesso escolar, o que implica forçosamente a melhoria da qualidade do ensino. Há que se considerar, ainda, que em qualquer empreendimento o último trecho nunca é o mais fácil, exigindo firme determinação para que a meta visada seja alcançada.

O próprio Plano Decenal de Educação para Todos fixou, como meta a ser atingida até 2003, uma taxa de 94% de cobertura escolar na faixa etária de 7 a 14 anos. A nossa aspiração deve ser a de chegarmos o mais próximo possível dos 100%, antecipando a meta do Plano Decenal para os próximos dois anos. Esta não é uma tarefa simples de ser cumprida, nem poderá ser assumida como responsabilidade exclusiva do governo federal. Da mesma forma, não será suficiente o compromisso dos estados e municípios, embora este seja imprescindível. O problema é complexo, envolvendo situações extremamente diferenciadas, e só poderá ser enfrentado com êxito mediante uma aliança que comprometa todas as instâncias do Poder Público e todos os segmentos da sociedade brasileira.

A principal vantagem é que o Programa "Toda Criança na Escola" já parte de uma base sólida criada pelas atuais políticas e programas do ensino fundamental, calibrados para atender aos objetivos da universalização do atendimento e da contínua melhoria da escola pública. Os avanços recentes comprovam que o Brasil está no caminho certo. O que se pretende com esta iniciativa é acelerar a caminhada, pois a sociedade tem pressa e não tolera mais a existência de crianças fora da escola. Para atender aos segmentos que permanecem à margem do sistema educacional formal, serão desencadeadas ações específicas e focalizadas, definidas a partir de um diagnóstico que esclareça as causas que geraram a exclusão.

As condições de exequibilidade da meta proposta pelo Programa "Toda Criança na Escola" são dadas por quatro componentes principais da atual política educacional, a saber: 1) a Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que define a partilha de responsabilidades em educação entre as três instâncias do Poder Público - União, estados e municípios - e estabelece um mecanismo redistributivo dos recursos vinculados à educação, a

ser operado, no âmbito de cada unidade da Federação, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; 2) a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que corrobora esse objetivo ao viabilizar programas específicos de aceleração do ensino para alunos com distorção série/idade, além de estimular outras inovações pedagógicas; 3) os avanços recentes na modernização do sistema de estatísticas e informações educacionais, possibilitando melhor conhecimento da realidade e da natureza do problema; 4) as ações para a melhoria da qualidade do ensino fundamental, que enfeixam, entre outros, os seguintes programas: TV Escola, Livro Didático e Dinheiro na Escola.

Merece destaque, ainda, o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, estimulando um processo de renovação curricular nos diferentes sistemas de ensino. Iniciativa semelhante está sendo preparada para as séries finais. Os PCNs definem o núcleo comum de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física. Porém, a principal inovação foi a inclusão de temas transversais, como Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Estudos Econômicos e Pluralidade Cultural. Esses temas serão abordados de forma integrada no conteúdo das matérias básicas, utilizando-se como estratégia a transversalidade.

A este esforço do governo federal para promover a melhoria e o desenvolvimento do ensino fundamental somam-se os programas e iniciativas implementadas pelos governos estaduais e municipais que concorrem para o mesmo objetivo. Sem este compromisso dos sistemas de ensino com as mudanças, as ações coordenadas pelo MEC não produziram os resultados esperados. Portanto, o nível de integração e articulação das políticas das três instâncias de governo tem sido fator determinante para os recentes avanços na educação básica. Este ambiente de colaboração é alimentado por meio da permanente interlocução do MEC com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e com a União Nacional de Dirigentes Municipais em Educação (UNDIME).

O Programa "Toda Criança na Escola" estabelece como prioridade nacional a meta de assegurar vagas na escola para todas as crianças na faixa da escolarização obrigatória. Para alcançá-la, são identificadas as principais situações-tipo de exclusão, definidas estratégias diferenciadas para eliminar suas causas e criados mecanismos flexíveis de apoio aos sistemas estaduais e municipais, aos quais compete a responsabilidade pela oferta do ensino fundamental, nos termos estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996. Ao governo federal caberá desempenhar uma ação mobilizadora e catalisadora, articulando recursos e meios para a consecução do objetivo proposto.

Grande parte dos recursos já estão nos sistemas estaduais e municipais de ensino ou serão distribuídos com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Trata-se, portanto, de canalizar esses recursos com o objetivo de cumprir a meta "Toda Criança na Escola". O MEC terá recursos suplementares no seu orçamento para ampliar ações que já estão sendo

implementadas e financiar novas iniciativas. As responsabilidades operacionais e financeiras têm de ser compartilhadas entre as diferentes esferas administrativas - União, estados e municípios. Pretende-se ainda que, além dos recursos públicos, o programa possa contar com a participação do setor empresarial. Da mesma forma, poderão ser apoiadas ações de organizações não-governamentais e demais segmentos da sociedade civil.

II - Um breve diagnóstico do problema

O breve diagnóstico apresentado na sequência tem por base as estatísticas do Censo Escolar e os resultados da Contagem da População realizada em 1996 pelo IBGE. O Censo Escolar é o instrumento básico de informação e planejamento utilizado pelo MEC e pelas secretarias estaduais e municipais de educação, por meio do qual é possível aferir a população que frequenta escola, sua distribuição por nível e modalidade de ensino, suas taxas de progressão e evasão, bem como seu perfil de idade. Por sua vez, a Contagem da População, por solicitação do próprio MEC, permitiu caracterizar o perfil de escolaridade da população no ano de 1996, inclusive daquele grupo que não frequentava escola.

A comparação dos resultados dessas duas fontes permite estimar, segundo os principais grupos de idade, a população que não frequenta escola ou que apresenta uma elevada distorção série/idade e que, portanto, se constitui o alvo do Programa "Toda Criança na Escola". Antes, porém, é preciso atentar para as diferenças metodológicas que existem entre essas estatísticas: o Censo Escolar é um levantamento realizado nas escolas logo ao início do período letivo, captando as matrículas iniciais, ou seja, o número de crianças matriculadas no momento da coleta; ao contrário do Censo Escolar, a Contagem da População foi um levantamento realizado junto aos domicílios, que teve como referência o mês de agosto de 1996.

Por essa razão, os números dessas fontes não coincidem. A diferença básica é consequência do abandono que se verifica ao longo do primeiro semestre do ano letivo. Ainda que essa taxa de abandono venha se reduzindo nos últimos anos e que não seja muito elevada no período entre março e julho de cada ano, ela é suficiente para introduzir uma significativa diferença entre os números absolutos do Censo Escolar e os números da Contagem da População.

A metodologia utilizada para estimar os públicos-alvo do presente programa toma por base os resultados da Contagem da População do IBGE, ajustados pela taxa de abandono estimada no período de março a julho de 1996. Para tanto, adotou-se como referência as variações existentes entre as taxas de abandono das diversas regiões e unidades da Federação calculadas pelo SEEC/INEP. O resultado fornece uma estimativa do número de crianças que não frequentam escola - incluindo as que nunca frequentaram e as que abandonaram a escola - e permite determinar aquelas crianças que atualmente frequentam escola, mas apresentam elevada distorção série/idade, sendo candidatas a programas de aceleração de aprendizagem.

Esta opção metodológica não pretende subestimar o contingente de crianças fora da escola nem questionar o número absoluto de cerca de 2,7 milhões apontado pela

Contagem da População do IBGE, tomando como referência o mês de agosto de 1996. Conforme já foi exaustivamente demonstrado, a população na faixa etária de escolarização obrigatória que não frequenta escola é flutuante, variando ao longo do ano. Os números a seguir analisados retratam a situação aferida no início do ano letivo de 1996, tomando como referência as matrículas iniciais (Tabela 2). Essa variação dos números está intrinsecamente ligada à própria natureza do problema, visto que o percentual de crianças de 7 a 14 anos que nunca freqüentaram a escola é bastante inferior ao percentual daquelas que já freqüentaram e se evadiram.

TABELA 2
População, Matrícula e Número de Crianças Fora da Escola
na Faixa Etária de 7 a 14 Anos - Brasil - 1996

População	28.525.815
Matrícula	
Pré-escola	871.516
Ensino Fundamental	25.679.956
Outros Níveis/Modalidade de Ensino	141.000
Crianças Fora da Escola	1.833.343

Fontes: MEC/INEP/SEEC
IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

Do ponto de vista da distribuição regional, observa-se que cerca de metade das crianças de 7 a 14 anos que permanecem fora da escola está concentrada na Região Nordeste (Gráficos 2 e 3). Proporcionalmente, Alagoas e Acre apresentam os maiores índices de crianças fora da escola nessa faixa etária, respectivamente 17,7% e 16,95%. Porém, é importante atentar para o fato de que os estados mais populosos, mesmo exibindo taxas de escolarização mais elevadas, tendem a apresentar, em números absolutos, expressivos contingentes de crianças fora da escola. É o caso de São Paulo e Minas Gerais. (Tabela 3).

TABELA 3
Número de Crianças na Faixa Etária de 7 a 14 Anos
que não Frequentam a Escola
Brasil e Unidades da Federação - 1996

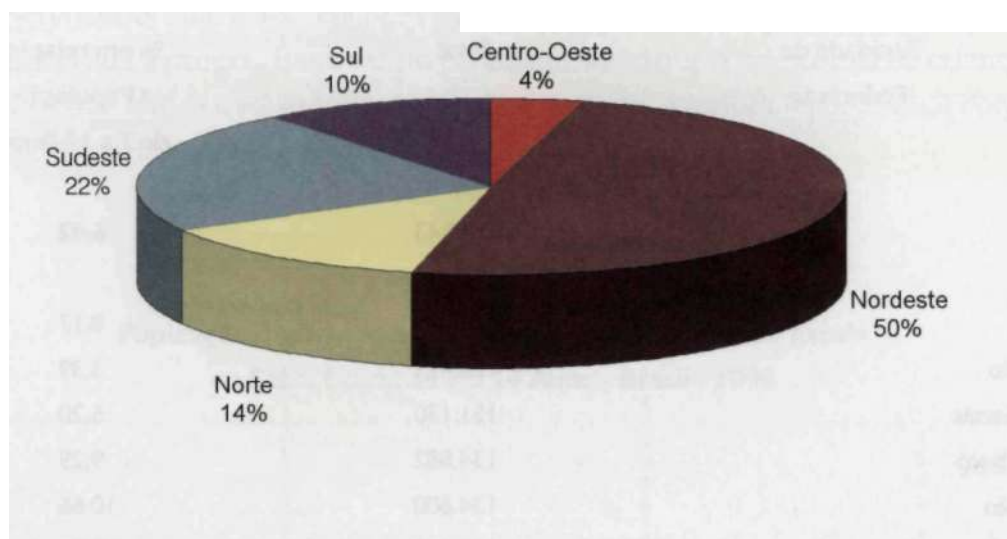
Unidade da Federação	Total	% em relação à População de 7 a 14 Anos
Brasil	1.833.343	6,42
Bahia	216.952	8,17
São Paulo	186.471	3,39
Minas Gerais	151.130	5,20
Pernambuco	134.882	9,29
Maranhão	134.600	10,66
Ceará	116.161	8,53
Pará	110.082	9,17
Alagoas	96.767	17,73
Paraná	82.270	5,37
Paraíba	73.541	10,64
Amazonas	70.496	13,55
Rio Grande do Sul	63.943	4,22
Piauí	62.778	10,77
Santa Catarina	45.755	5,46
Rio de Janeiro	42.942	2,17
Rio Grande do Norte	38.683	7,68
Espírito Santo	30.986	6,01
Sergipe	30.682	9,23
Rondônia	29.392	11,42
Mato Grosso do Sul	25.164	7,06
Mato Grosso	24.168	5,49
Goiás	19.779	2,45
Acre	18.195	16,95
Tocantins	10.279	4,53
Distrito Federal	7.707	2,46
Amapá	5.340	6,32
Roraima	4.198	7,94

Fontes: MEC/INEP/SEEC
 IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e
 José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

GRÁFICO 2

Distribuição Proporcional, por Região Geográfica, do Total de Crianças na Faixa Etária de 7 a 14 Anos que não Frequentam Escola - 1996

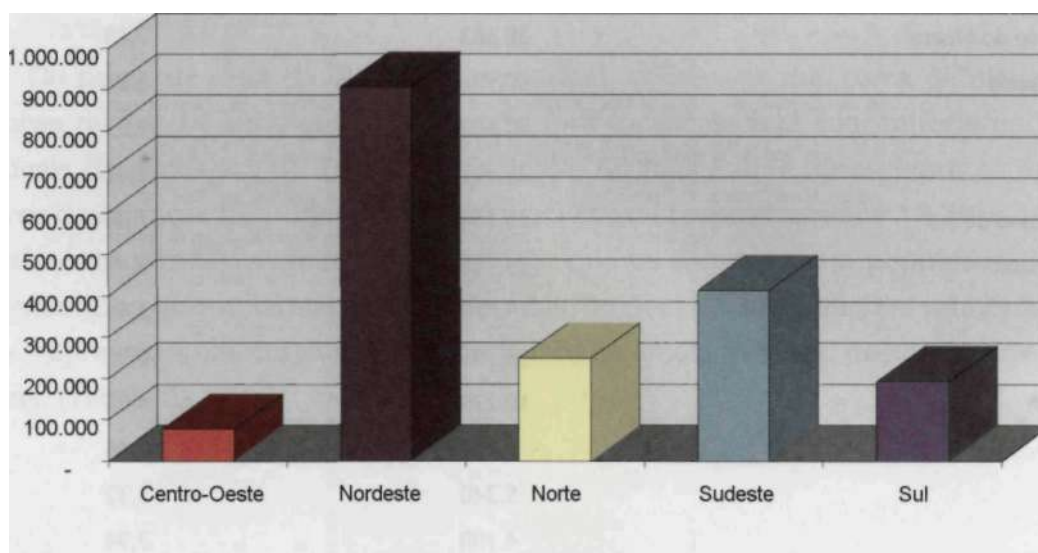


Fontes: MEC/INEP/SEEC
IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

GRAFICO 3

Número de Crianças na Faixa Etária de 7 a 14 Anos que não Frequentam Escola, por Região Geográfica - 1996



Fontes: MEC/INEP/SEEC
IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

Outro aspecto relevante a ser considerado para a focalização das ações do programa é o fato de que, das crianças na faixa etária de 9 a 14 anos que estão fora do sistema escolar, 67% já freqüentaram a escola (Tabela 4). Isso mostra que o problema não se coloca tanto em termos de garantia do acesso ao ensino fundamental, mas, sobretudo, de viabilização da permanência das crianças na escola. De fato, o maior desafio enfrentado pelos sistemas de ensino é promover práticas pedagógicas que garantam a progressão escolar, reduzindo drasticamente as taxas de repetência e de evasão.

TABELA 4
Número de Crianças nas Faixas Etárias de 7 a 8 Anos e de 9 a 14 Anos
que Não Frequentam Escola
Brasil, Regiões Geográficas e Unidades da Federação - 1996

Regiões Geográficas/ Unidades da Federação	Faixas Etárias					
	7 a 8 anos			9 a 14 anos		
	Total	Nunca Frequentou	Já Frequentou	Total	Nunca Frequentou	Já Frequentou
Brasil	423.602	331.307	92.295	1.409.741	463.801	945.940
Norte	75.578	61.138	14.440	172.404	70.416	101.988
Nordeste	248.331	197.785	50.546	656.715	305.487	351.228
Sudeste	64.069	45.782	18.287	347.460	55.442	292.018
Sul	20.031	15.280	4.751	171.937	20.444	151.493
Centro-Oeste	15.593	11.322	4.271	61.225	12.012	49.213
Rondônia	4.892	3.699	1.193	24.500	3.199	21.301
Acre	5.475	4.865	610	12.720	7.600	5.120
Amazonas	22.078	17.661	4.417	48.418	23.214	25.204
Roraima	1.157	915	242	3.041	1.350	1.691
Pará	35.915	29.184	6.731	74.167	31.674	42.493
Amapá	1.620	1.238	382	3.720	1.314	2.406
Tocantins	4.441	3.576	865	5.838	2.065	3.773
Maranhão	41.890	34.796	7.094	92.710	50.436	42.274
Piauí	18.476	15.716	2.760	44.302	22.678	21.624
Ceará	30.376	23.763	6.613	85.785	38.498	47.287
Rio Grande do Norte	9.394	6.945	2.449	29.289	10.836	18.453
Paraíba	17.734	13.693	4.041	55.807	25.473	30.334
Pernambuco	32.144	23.876	8.268	102.738	38.532	64.206
Alagoas	27.046	22.738	4.308	69.721	39.784	29.937
Sergipe	8.065	6.323	1.742	22.617	10.288	12.329
Bahia	63.206	49.935	13.271	153.746	68.962	84.784
Minas Gerais	19.892	15.417	4.475	131.238	22.000	109.238
Espírito Santo	3.892	2.827	1.065	27.094	4.029	23.065
Rio de Janeiro	7.083	4.523	2.560	35.859	6.584	29.275
São Paulo	33.202	23.015	10.187	153.269	22.829	130.440
Paraná	8.340	6.250	2.090	73.930	9.079	64.851
Santa Catarina	3.616	2.554	1.062	42.139	3.755	38.384
Rio Grande do Sul	8.075	6.476	1.599	55.868	7.610	48.258
Mato Grosso do Sul	5.450	4.118	1.332	19.714	4.222	15.492
Mato Grosso	4.821	3.529	1.292	19.347	3.674	15.673
Goiás	3.287	2.271	1.016	16.492	3.057	13.435
Distrito Federal	2.035	1.404	631	5.672	1.059	4.613

Fontes: MEC/INEP/SEEC
 IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

A oportunidade de ingresso no ensino fundamental está muito próxima de ser universalizada, como comprova o número relativamente baixo de crianças de 7 a 8 anos de idade que continuam fora da escola. Mas o atendimento escolar ainda é insatisfatório no Nordeste, que concentra cerca de 60% das crianças nessa faixa etária excluídas do sistema. Este dado sugere duas leituras: de um lado, confirma a existência de um déficit educacional mais elevado nessa região; de outro lado, indica que as crianças tendem a ingressar na escola com idade mais avançada, o que repercute nas altas taxas de distorção série/idade.

TABELA 5
Número de Crianças na Faixa Etária de 7 a 8 Anos
que Frequentam a Educação Pré-Escolar
Brasil e Unidades da Federação - 1996

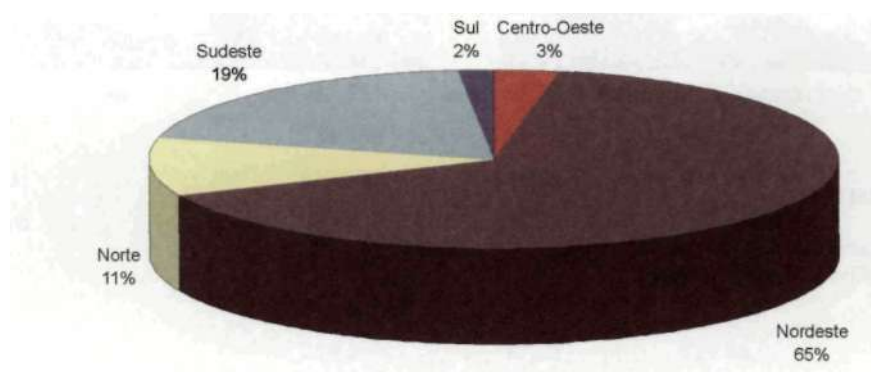
Unidade da Federação	Total
Brasil	871.516
Bahia	172.422
Ceará	130.092
Maranhão	95.449
Rio de Janeiro	75.731
Paraíba	66.485
Pará	57.826
Minas Gerais	50.099
Pernambuco	41.041
São Paulo	39.730
Piauí	30.096
Amazonas	26.122
Goiás	19.655
Alagoas	16.153
Sergipe	9.316
Rio Grande do Norte	6.840
Rio Grande do Sul	6.258
Tocantins	6.055
Paraná	4.566
Santa Catarina	3.968
Mato Grosso	3.220
Espírito Santo	2.880
Distrito Federal	2.563
Rondônia	1.557
Mato Grosso do Sul	1.219
Acre	905
Amapá	763
Roraima	506

Fontes: MEC/INEP/SEEC
 IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco
 (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

Este fenômeno também está associado ao elevado número de crianças na faixa etária de 7 a 8 anos que ainda freqüentam a pré-escola, quando já deveriam estar nas primeiras séries da escola primária (Tabela 5). O Nordeste responde por 65% das crianças nessa faixa etária que permanecem na educação pré-escolar (Gráficos 4 e 5). Este dado remete a uma conclusão óbvia: há um grande número de crianças que já ingressa no ensino fundamental com acentuada distorção série/idade. Esta defasagem cria dificuldades de adaptação e de aprendizagem, aumentando a possibilidade de abandono.

GRÁFICO 4
Distribuição Proporcional, por Região Geográfica, do Número de Crianças na Faixa Etária de 7 a 8 Anos que Frequentam a Pré-Escola - 1996



Fontes: MEC/INEP/SEEC
IBGE

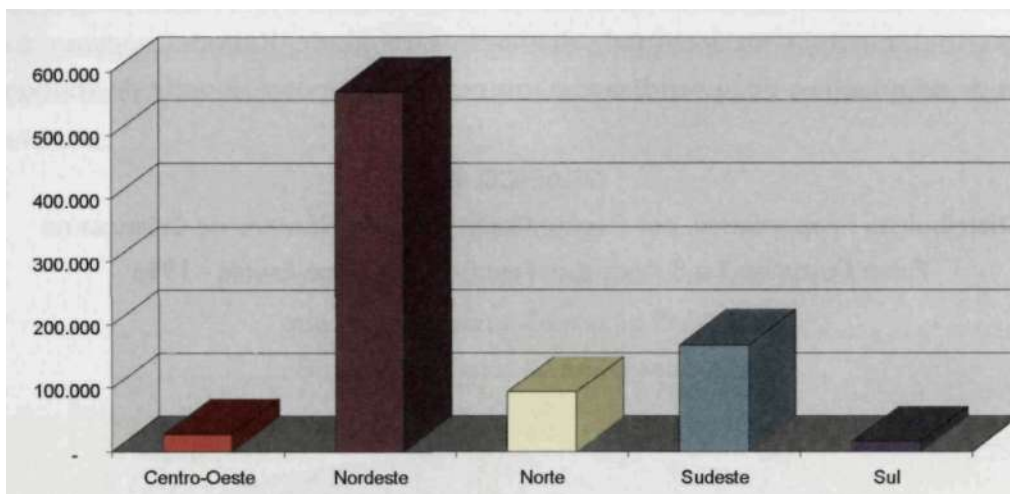
Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

A retenção de crianças com mais de 7 anos na pré-escola está associada a dois fatores: o déficit de vagas na 1ª série do ensino fundamental e a existência de classes de alfabetização, ainda bastante comuns nas regiões Norte e Nordeste. Esta prática comumente provoca atraso no percurso escolar do aluno. Conforme já foi observado anteriormente, a falta de vagas nas primeiras séries do ensino fundamental está relacionada com o excesso de matrículas provocado pelas altas taxas de repetência. Portanto, à medida que este problema seja corrigido, melhorando o fluxo escolar, haverá uma significativa expansão da oferta de vagas sem necessidade de ampliação da rede.

Com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que promove, no âmbito de cada unidade da Federação, a redistribuição de recursos proporcionalmente ao número de matrículas das respectivas redes estadual e municipais, haverá um poderoso estímulo para que os sistemas de ensino eliminem as classes de alfabetização e criem condições para acabar com a retenção de crianças com mais de 7 anos na pré-escola. Por essa razão, o Censo Escolar já deverá indicar, a partir de 1998, uma acentuada diminuição do número de crianças na faixa etária de 7 a 8 anos ainda frequentando a educação pré-escolar.

GRÁFICO 5

Número de Crianças na Faixa Etária de 7 a 8 Anos que Frequentam a Pré-Escola, por Região Geográfica - 1996



Fontes: MEC/INEP/SEEC
IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

As taxas de distorção série/idade são bastante expressivas em todo o País, mas as regiões Norte e Nordeste situam-se bem acima da média nacional. Apesar de o problema existir em todas as séries do ensino fundamental, manifesta-se nitidamente de forma mais agravada de 1^a a 4^a (Tabela 6). Isso ocorre porque as taxas de repetência são mais elevadas nas séries iniciais. A evasão também é maior no primeiro ciclo do ensino fundamental. Portanto, torna-se prioritário romper o círculo vicioso da retenção, que provoca a distorção série/idade e acaba expulsando as crianças da escola.

TABELA 6
Número de Crianças na Faixa Etária de 7 a 14 Anos com Distorção
Idade/Série maior que 2 Anos
Brasil e Unidades da Federação - 1996

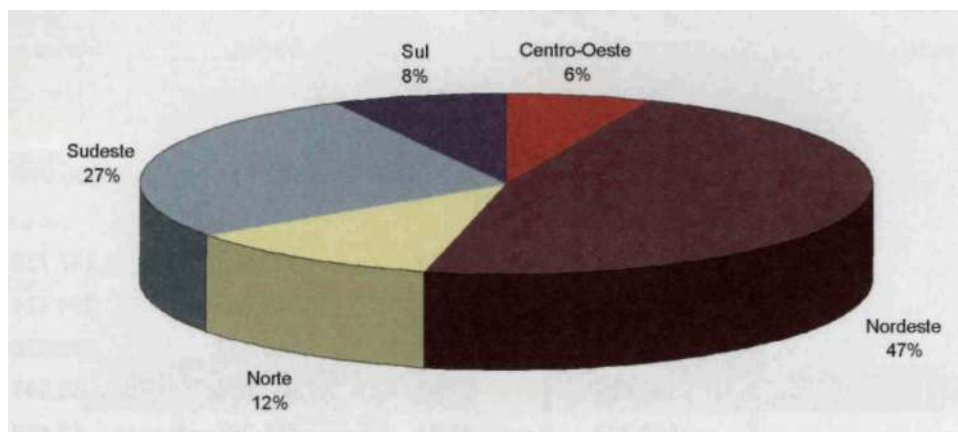
Unidade da Federação	1ª a 8ª Séries		1ª a 4ª	5ª a 8ª
	Total	%	Séries	Séries
Brasil	8.184.001	31,53	6.547.011	1.636.990
Bahia	1.168.561	51,71	1.020.823	147.738
São Paulo	853.307	16,31	558.883	294.424
Minas Gerais	753.180	27,90	556.652	196.528
Maranhão	540.625	52,53	482.076	58.549
Ceará	532.743	47,94	465.285	67.458
Pará	532.518	51,72	463.832	68.686
Pernambuco	528.092	41,60	439.162	88.930
Rio de Janeiro	494.830	26,79	357.480	137.350
Paraíba	285.849	52,09	251.053	34.796
Piauí	266.529	54,54	241.494	25.035
Paraná	254.379	17,84	174.067	80.312
Rio Grande do Sul	243.041	17,10	161.216	81.825
Goiás	240.886	31,62	182.343	58.543
Alagoas	222.710	51,66	198.291	24.419
Amazonas	193.793	45,94	163.729	30.064
Rio Grande do Norte	178.890	39,28	147.205	31.685
Sergipe	139.508	48,36	120.457	19.051
Santa Catarina	132.486	16,98	89.576	42.910
Mato Grosso	120.478	29,40	90.690	29.788
Espírito Santo	102.739	21,50	74.491	28.248
Tocantins	96.648	46,12	82.353	14.295
Mato Grosso do Sul	85.256	26,06	62.662	22.594
Rondônia	70.578	31,30	54.909	15.669
Distrito Federal	67.556	22,50	45.372	22.184
Acre	35.720	40,69	29.778	5.942
Amapá	27.116	34,71	20.890	6.226
Roraima	15.983	33,33	12.242	3.741

Fontes: MEC/INEP/SEEC
 IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e
 José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

GRAFICO 6

Distribuição Proporcional, por Região Geográfica, das Crianças na Faixa Etária de 7 a 14 Anos com Distorção Idade/Série maior que 2 Anos - 1996



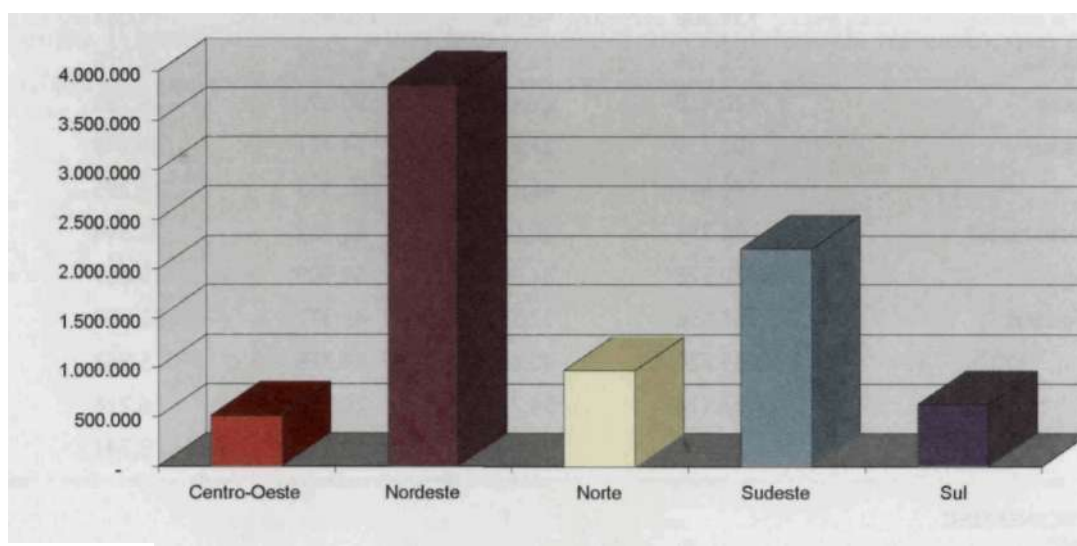
Fontes: MEC/INEP/SEEC

IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

GRÁFICO 7

Número de Crianças na Faixa Etária de 7 a 14 Anos com Distorção Idade/Série maior que 2 Anos, por Região Geográfica - 1996



Fontes: MEC/INEP/SEEC

IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

Para reverter este quadro, propõe-se como principal estratégia a implementação de projetos de aceleração da aprendizagem. A prioridade deve ser dada às crianças e jovens com distorção série/idade maior que dois anos. O ensino fundamental tem cerca de 5,3 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 19 anos, sendo que um significativo número ainda não concluiu as quatro primeiras séries (Tabela 7). A região Nordeste concentra quase 60% desses alunos (Gráficos 8 e 9). Portanto, será necessário um grande esforço para corrigir o fluxo escolar.

TABELA 7
Número de Jovens na Faixa Etária de 15 a 19 Anos que Frequentam
o Ensino Fundamental com Distorção Idade/Série maior que 2 Anos
Brasil e Unidades da Federação - 1996

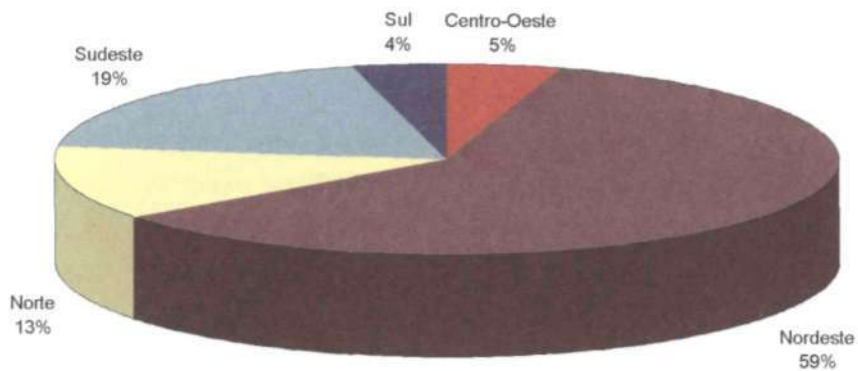
Unidade da Federação	1ª a 8ª Séries		1ª a 4ª Séries	5ª a 8ª Séries
	Total	%		
Brasil	5.391.845	91,52	1.350.380	4.041.465
São Paulo	760.584	85,31	102.071	658.513
Bahia	720.448	96,32	273.323	447.125
Minas Gerais	552.423	90,46	88.191	464.232
Rio de Janeiro	370.296	87,83	54.244	316.052
Pernambuco	338.209	94,86	97.541	240.668
Ceará	300.572	94,77	107.307	193.265
Maranhão	283.077	95,93	109.939	173.138
Pará	281.689	95,82	97.183	184.506
Paraná	190.303	86,07	23.080	167.223
Goiás	171.234	92,02	30.632	140.602
Rio Grande do Sul	169.042	84,63	18.316	150.726
Paraíba	159.687	96,00	62.951	96.736
Piauí	135.652	96,47	57.704	77.948
Amazonas	123.865	94,75	34.639	89.226
Alagoas	116.448	96,41	43.675	72.773
Rio Grande do Norte	111.858	94,59	29.583	82.275
Sergipe	84.047	96,28	28.651	55.396
Santa Catarina	82.065	83,11	9.705	72.360
Mato Grosso	81.465	92,30	12.945	68.520
Espírito Santo	77.105	88,80	12.157	64.948
Distrito Federal	72.321	90,03	9.749	62.572
Tocantins	59.499	95,43	17.856	41.643
Mato Grosso do Sul	56.474	90,51	8.776	47.698
Rondônia	39.874	91,69	6.716	33.158
Acre	23.040	94,55	7.277	15.763
Amapá	19.780	93,47	3.890	15.890
Roraima	10.788	91,64	2.279	8.509

Fontes: MEC/INEP/SEEC
 IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

GRÁFICO 8

Distribuição Proporcional, por Região Geográfica, dos Jovens na Faixa Etária de 15 a 19 Anos que Frequentam o Ensino Fundamental com Distorção Idade/Série maior que 2 Anos - 1996



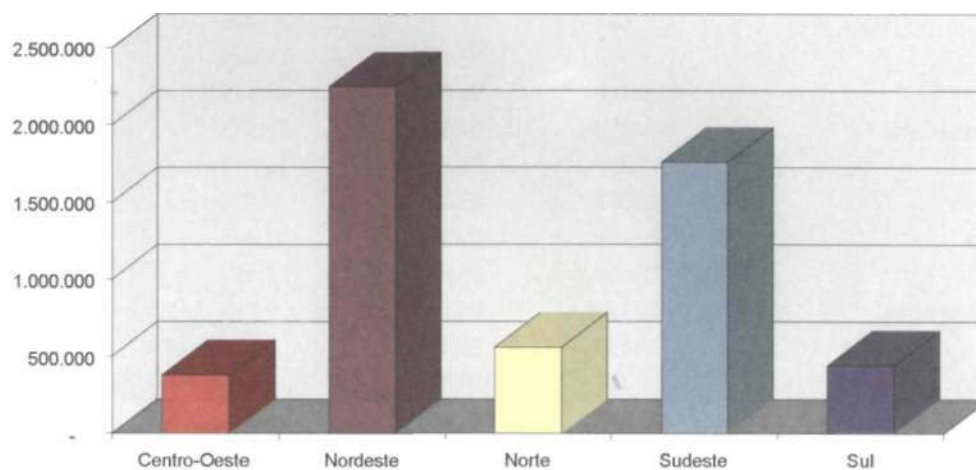
Fontes: MEC/INEP/SEEC

IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

GRÁFICO 9

Número de Jovens na Faixa Etária de 15 a 19 Anos que Frequentam o Ensino Fundamental com Distorção Idade/Série maior que 2 Anos, por Região Geográfica - 1996



Fontes: MEC/INEP/SEEC

IBGE

Nota: Dados estimados por Carlos Américo Pacheco (NESUR/IE/UNICAMP) e José Marcos Cunha (NEPO/UNICAMP)

Conclusivamente, com base nos dados apresentados, é possível afirmar que a meta do Programa "Toda Criança na Escola" só será atingida se houver um esforço efetivo dos sistemas estaduais e municipais para promover a melhoria da qualidade do ensino, capaz de reverter as altas taxas de repetência e evasão. Conforme ficou demonstrado, a população na faixa etária de escolarização obrigatória fora do sistema escolar é constituída majoritariamente por crianças e adolescentes que já freqüentaram a escola e se evadiram. Esse contingente de egressos do sistema oscila ao longo do ano em função da elevada taxa de abandono, verificada, sobretudo, nas séries iniciais do ensino fundamental.

O segundo aspecto do problema é sua configuração geográfica, que reflete as desigualdades regionais e os desequilíbrios intra-regionais existentes no País. O Nordeste concentra cerca de 50% das crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Além disso, detém as maiores taxas de distorção idade/série: essa região responde por 47% do total de crianças na faixa etária de escolarização obrigatória e por 59% do total de jovens na faixa etária de 15 a 19 anos, que freqüentam o ensino fundamental, com distorção maior de dois anos.

A região Sudeste também se destaca, tanto pela magnitude do número absoluto de crianças fora da escola, quanto pelas altas taxas de distorção série/idade. Este quadro se explica em razão da existência de bolsões de pobreza no entorno dos seus principais centros urbanos e dos desequilíbrios intra-regionais.

Os déficits educacionais localizados serão enfrentados com estratégias e ações focalizadas. Para isso, as análises deverão ser aprofundadas no nível de municípios e microrregiões, permitindo a formulação de estratégias específicas para cada situação. Ao lado do esforço para cumprir a meta "Toda Criança na Escola", os sistemas de ensino deverão dar especial atenção aos programas de aceleração de aprendizagem, de forma a corrigir um dos principais fatores de exclusão escolar. No próximo item, são analisadas as situações-tipo de exclusão que serão objeto deste Programa.

III - Situações-tipo de exclusão

O que contribui para que, a despeito dos esforços pela universalização do ensino fundamental, ainda haja no Brasil um número significativo de crianças fora da escola? Um pressuposto válido para abordar esta questão, investigar suas causas e propor alternativas de soluções é considerar os fatores educacionais, como a falta de vagas, a cultura da repetência e, como produto dessa prática, a incidência de elevadas taxas de distorção idade/série.

Mas as variáveis não-educacionais não podem ser desprezadas, pois as crianças e pré-adolescentes que permanecem fora da escola, em sua maioria, encontram-se nessa condição porque estão sujeitos a algum tipo de exclusão, seja de ordem social, econômica e cultural ou em decorrência de desajustes familiares. Obviamente, estes fatores são cumulativos e normalmente estão inter-relacionados. Em geral, as populações carentes têm a pior escola, o que aumenta as chances de fracasso escolar e evasão.

Por essa razão, o problema exige formas diferenciadas de abordagem e exclui estratégias estandardizadas que possam ser aplicadas com os mesmos resultados em todas as situações. Para ter eficácia, cada ação deverá focalizar as causas da exclusão escolar, o que pressupõe um diagnóstico prévio, a ser feito conjuntamente pelo MEC e pelas secretarias estaduais e municipais de educação.

Preliminarmente, podemos identificar três situações características: 1) a criança que está fora da escola porque não encontra vaga; 2) a criança que já esteve na escola e se evadiu; 3) a criança que já frequentou e abandonou a escola repetidas vezes. No primeiro caso, a falta de vaga pode ser decorrente da ausência de escola na localidade ou, o que é mais freqüente, da superlotação das classes, em razão do excesso de matrículas gerado pelas elevadas taxas de repetência na 1ª série do ensino fundamental. Nos outros dois casos, as causas são mais difusas, exigindo um diagnóstico mais apurado. Mas, normalmente, a evasão está relacionada com o fracasso escolar. A criança abandona a escola já prevenendo a repetência, retornando no ano seguinte para a mesma série, ou se evade definitivamente depois de repetir a mesma série por vários anos. Em ambas as situações, seu retorno enfrenta como maior obstáculo a perda da auto-estima, devido ao fracasso anterior e à distorção idade/série acumulada.

Portanto, a diversidade de situações mostra a necessidade de estratégias diferenciadas para as áreas ou sub-regiões de maior incidência do déficit educacional. A seguir, são descritas as principais situações-tipo que afetam essa população e que serão objeto prioritário do Programa "Toda Criança na Escola".

Crianças e adolescentes que não tiveram acesso à escola na idade própria

Entre as crianças e adolescentes que não tiveram acesso à escola, encontram-se duas situações: aquelas de 7 a 8 anos que ainda podem ter acesso a uma classe regular, uma vez que a distorção idade/série não é suficiente para comprometer sua adaptação e

rendimento escolar; e crianças de 9 a 14, as quais, em virtude da grande defasagem de idade, deverão ser atendidas em classes especiais de alfabetização e, em seguida, de aceleração de aprendizagem, de modo a recuperar, num período mais curto, o atraso de escolaridade.

Será preciso identificar, em ambos os casos, se a falta de acesso à escola se deve à escassez de oferta, à má distribuição geográfica da oferta existente ou a causas de natureza econômica ou sociocultural das famílias. Em qualquer das situações, o enfrentamento do problema poderá exigir a ampliação imediata da capacidade física das redes, se necessário com o aproveitamento de espaços disponíveis nas comunidades.

Crianças em idade escolar que já estiveram na escola e se evadiram

No caso de crianças e adolescentes que ainda se encontram na faixa etária da escolaridade obrigatória e que já estiveram na escola, mas se evadiram, observam-se também duas situações distintas: aquelas com distorção idade/série menor de dois anos, e que, portanto, podem ainda freqüentar uma classe regular; e aquelas que se apresentam com distorção idade/série igual ou superior a dois anos, que deverão freqüentar classe de aceleração para retomar o percurso escolar regular.

Nesta situação, tratando-se de crianças que abandonaram a escola, supõe-se que não há um problema de déficit da capacidade de oferta da rede escolar. Neste sentido, a proposta de educação dessa clientela deverá ser concebida de forma adequada à realidade desses alunos, o que inclui flexibilização da estrutura curricular pertinente às situações típicas de suplência, educação para a qualidade no trabalho e qualificação ou requalificação para o trabalho.

Crianças e jovens que freqüentam a escola com distorção idade/série superior a dois anos

Para as crianças e jovens que já freqüentam a escola, mas apresentam distorção idade/série superior a dois anos, sugere-se a implantação das classes de aceleração, conforme os critérios do *Programa de Aceleração da Aprendizagem*, com o objetivo de prevenir a evasão e, ao mesmo tempo, assegurar a conclusão do ensino fundamental num tempo mais curto.

A disseminação da estratégia de aceleração da aprendizagem para as crianças e adolescentes com acentuada distorção idade/série tem ainda a vantagem de regularizar o fluxo escolar, eliminando o excesso de matrículas que congestionam as primeiras séries do ensino fundamental e abrindo novas vagas sem necessidade de custos adicionais com ampliação de escolas ou contratação de mais professores.

Crianças e adolescentes carentes e pertencentes a grupos de risco

A situação da população de crianças e adolescentes carentes e/ou em condições de risco é agravada, geralmente, pelo acesso precário aos serviços de educação, o que resulta no acúmulo de significativa defasagem escolar. Hoje já existem programas governa-

mentais dirigidos aos estratos constituídos por menores em trabalho infantil e em assentamentos rurais, como é o caso do Vale-Cidadania.

Esses programas serão gradativamente ampliados para atender a todas as crianças contingenciadas a trabalhar em vez de estudar. Quanto a outros grupos em situação de exclusão, existem várias iniciativas de diferentes órgãos governamentais e entidades não-governamentais que atuam na área social. É o caso de projetos de renda mínima e bolsa-escola, já adotados em algumas unidades da Federação.

Não se apresenta proposta específica para o atendimento escolar de cada categoria dessa população. Em muitas situações será possível utilizar qualquer das estratégias antes apresentadas; em outras, muito particulares, será necessário criar novas formas de atuação. O que se pretende é difundir iniciativas bem-sucedidas, promovidas tanto pelo Poder Público quanto por organizações não-governamentais, objetivando a integração das mesmas e a racionalização no uso dos recursos já disponíveis. A atuação da comunidade, seja pela iniciativa do poder público, especialmente o municipal, seja pela iniciativa de entidades não-governamentais, será extremamente importante.

Jovens maiores de 14 anos com baixa ou nenhuma escolaridade

A perspectiva de ensino-aprendizagem para jovens maiores de 14 anos, com baixa ou nenhuma escolaridade, oferece uma dimensão ampla de opções de formação. Esta população já é alvo de duas importantes ações do MEC, desenvolvidas em parceria com outros órgãos governamentais, instituições públicas, ONGs e empresas privadas: o Programa Alfabetização Solidária e o Programa de Educação para a Qualidade do Trabalho. Ambos oferecem aos jovens que não tiveram acesso à escola na idade própria a oportunidade de aquisição de domínio dos recursos básicos da linguagem escrita e oral e de noções elementares de matemática.

A estas iniciativas se somam, ainda, os programas de Educação para Jovens e Adultos implementados pelos sistemas estaduais e municipais de ensino, com apoio técnico e financeiro do MEC. Essas iniciativas estão contribuindo para a redução do analfabetismo e, principalmente, para o aumento do nível de escolarização da população. Por fim, cabe destacar que a LDB reduziu para 15 anos o limite de idade a partir da qual podem ser prestados exames supletivos no nível de conclusão do ensino fundamental, o que cria uma nova alternativa para os jovens com atraso no seu percurso escolar.

IV - Condições que viabilizam a meta "Toda Criança na Escola"

A implementação do Programa "Toda Criança na Escola" deve partir dos resultados já alcançados pelas políticas adotadas pelo governo federal para o desenvolvimento do ensino fundamental. Além de dar prosseguimento a essas ações, em parceria com os estados e municípios, o MEC vai reforçar as estratégias de apoio a programas específicos para expansão da matrícula e eliminação do déficit no atendimento. Algumas mudanças importantes, promovidas nos anos recentes, criaram as condições favoráveis que viabilizam o cumprimento dessa meta.

É com base nos avanços já conquistados que o governo decidiu ousar e propor à sociedade o desafio de garantir a todos o direito à educação fundamental consagrado pela Constituição.

Compõem esse novo ambiente educacional a reforma do arcabouço jurídico que estabelece as responsabilidades educativas dos entes federativos e que define as bases para a organização dos sistemas de ensino (Emenda Constitucional nº 14 e nova LDB); a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; a consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); a implantação do Programa TV Escola; a descentralização dos programas de apoio - merenda escolar, livro didático e repasse de recursos; a modernização do sistema de informações e estatísticas educacionais; e, como corolário dessas mudanças, a crescente mobilização e participação da comunidade na gestão da escola pública.

Uma rápida revisão da natureza e do alcance destas medidas é necessária para comprovar a existência de condições objetivas para que o Programa "Toda Criança na Escola" seja implementado com sucesso.

Emenda Constitucional nº 14

Do ponto de vista estrutural, a Emenda Constitucional nº 14, ao estabelecer com clareza as competências de cada nível de governo e ao promover melhor redistribuição dos recursos fiscais por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, fortalece a capacidade financeira de estados e municípios, tanto para assegurar a oferta de vagas suficientes quanto para promover a melhoria qualitativa dos sistemas, em particular a valorização do magistério.

O Fundo transforma os sistemas estaduais e municipais de ensino em vasos comunicantes, criando uma capilaridade que garante redistribuição dos recursos proporcionalmente ao número de matrículas ofertado pelas respectivas redes. Estabelece, portanto, um princípio de equidade que privilegia o aluno. Além disso, o Fundo terá uma

fonte suplementar - o governo federal - para suprir carências regionais e assegurar um valor mínimo por aluno/ano, definido nacionalmente.

LDB

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), ao flexibilizar a organização e funcionamento do ensino, permitiu a definição de programas e práticas pedagógicas alternativas à rigidez imposta pela seriação regular. Em especial, abriu a possibilidade de aceleração de estudos, o que faculta aos sistemas de ensino a adoção de procedimentos diferenciados para a regularização do fluxo escolar, superando progressivamente as elevadas taxas de distorção idade/série.

É importante destacar o fato de que a regularização do fluxo, por si só, gera novas vagas e redução de custos, contribuindo de modo significativo para o atendimento de crianças e pré-adolescentes que se encontram fora da escola, em sua maioria na situação de assincronia idade/série. Um dos principais efeitos das classes de aceleração é que elas possibilitam o retorno à escola, para a série adequada, daquelas crianças e jovens que se evadiram e que se encontram fora da idade regular.

Descentralização e ampliação dos programas de apoio

O Programa Nacional do Livro Didático foi estendido, a partir de 1996, aos alunos de 5- a 8ª séries. Pela primeira vez, foram atendidos todos os alunos das oito séries do ensino fundamental. Com isso, a quantidade de livros distribuídos aumentou cerca de 83%, passando de 65 milhões para 110 milhões. Ao mesmo tempo, foi montada uma grande operação para garantir que os livros didáticos chegassem a todas as escolas antes do início do ano letivo, meta alcançada nos últimos dois anos.

O MEC também adotou um sistema de avaliação do livro didático, que tem auxiliado o professor a fazer uma escolha mais criteriosa, seguindo as orientações do *Guia do Livro Didático* distribuído anualmente. Por último, está em curso um processo de descentralização do programa, mediante estabelecimento de convênios com secretarias de educação de alguns estados.

Este ano, o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) está atendendo a 3.857 prefeituras conveniadas e a cerca de 125 mil escolas primárias com mais de 20 alunos. Por meio deste programa, são repassados recursos diretamente para as escolas, desde que elas comprovem possuir "unidade executora", que pode ser uma associação de pais e mestres, conselho escolar ou caixa escolar. Com esta exigência, é estimulada uma co-gestão dos recursos públicos, com a participação da comunidade, o que garante maior transparência e eficiência na sua aplicação. Em 1997, o Programa "Dinheiro na Escola" está repassando cerca de R\$ 350 milhões.

Outro importante programa de apoio ao ensino fundamental financiado pelo governo federal é a merenda escolar. Além de aumentar em 50% os recursos para a compra da merenda escolar, o MEC realizou, em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de educação, uma descentralização radical, fazendo com que o dinheiro seja repassado diretamente para as escolas. Com a escolarização da merenda, já adotada por

vários estados, diminuem os riscos de desvios e desperdícios de alimentos. O mais importante, porém, é que a escola ganha liberdade para organizar o seu próprio cardápio, respeitando os hábitos alimentares locais e incorporando produtos *in natura* e de estação, com a dupla vantagem de baratear a merenda e enriquecer a alimentação dos estudantes.

Fortalecimento da escola

A valorização da escola como elemento-chave do processo educativo tem sido a diretriz que unifica e dá coerência às políticas do MEC para a melhoria do ensino fundamental. Os programas já existentes foram expandidos e reorientados, seguindo os princípios da universalização e da descentralização. Ao mesmo tempo, foram criadas novas modalidades de atendimento, voltadas para o apoio direto às escolas e à atuação do professor em sala de aula, propiciando agora as condições necessárias para o enfrentamento do desafio de assegurar vagas para todas as crianças em idade escolar.

Assim, por exemplo, o envio de recursos financeiros diretamente às escolas, além de fortalecer a autonomia das mesmas, atua como forte incentivo à participação da comunidade na sua gestão. Essa política ajuda ainda a promover a responsabilização da escola pelo resultado do seu trabalho, estimulando a busca de um novo patamar de qualidade na gestão educacional.

Integração com estados e municípios

A convergência das prioridades tem proporcionado o fortalecimento do regime de colaboração entre o governo federal e os sistemas estaduais e municipais de ensino. O MEC mantém um diálogo permanente e fecundo com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), aliados estratégicos na definição e implementação das políticas de educação básica.

Esta articulação tem sido particularmente relevante para preparar as condições de implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Paralelamente, em razão do próprio incentivo criado com a redistribuição automática dos recursos proporcionalmente ao número de alunos, o processo de municipalização do ensino fundamental vem avançando de forma bastante rápida. Com isso, já se desenha um novo cenário de partilha das responsabilidades educacionais, o que favorece o atendimento dos segmentos excluídos.

Mobilização da sociedade civil

A sociedade brasileira valoriza cada vez mais a educação, cobrando uma escola pública de qualidade e - o que contribui para torná-la realidade - participando de forma crescente da gestão escolar. Como forma de estimular a organização da comunidade, o MEC estabeleceu que, para receber o repasse direto de recursos, a escola precisar ter uma "unidade executora", ou seja, contar com uma associação de pais e mestres, conselho escolar, caixa escolar ou associação congênere.

Este incentivo proporcionou resultados surpreendentes: o número de escolas com "unidades executoras" mais do que dobrou de 1996 para 1997, passando de 27 mil para cerca de 60 mil. Em muitos estados, nos quais as secretarias de educação promovem a participação da comunidade, 100% das escolas já possuem unidades executoras.

Outro instrumento importante de mobilização social criado pelo MEC é o Programa *Acorda, Brasil! Está na hora da Escola!*, que promove parcerias com a iniciativa privada visando melhorar a escola pública. Suas ações serão, a partir de agora, articuladas aos objetivos do Programa "Toda Criança na Escola".

Modernização do sistema de informações

Nos últimos três anos, o MEC realizou um grande esforço para recuperar e modernizar o setor de informações e estatísticas educacionais, investindo na compra de equipamentos e no treinamento de pessoal. Este trabalho envolveu também as unidades estatísticas das secretarias estaduais de educação, que colaboram na realização do Censo Escolar. O antigo Serviço de Estatísticas da Educação e Cultura (SEEC) foi incorporado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que teve suas competências fortalecidas nas áreas de informação e avaliação educacionais.

Como resultado dessa ação, o Censo Escolar ganhou em agilidade e confiabilidade, alimentando todas as instâncias da gestão educacional com informações fidedignas e atualizadas. Cumpre, assim, sua função estratégica de subsidiar o planejamento das políticas para a melhoria da qualidade do processo educacional. Em 1996, pela primeira vez, o censo foi concluído e divulgado no ano da sua realização, prática que será mantida daqui para a frente, até porque a distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério depende das informações sobre matrícula coletadas anualmente pelo Censo Escolar, que deverão ser divulgadas dentro de rígidos prazos legais.

O cruzamento das informações apuradas pelo Censo Escolar com os resultados da Contagem da População de 1996 (IBGE) permite conhecer a abrangência do atendimento educacional e quantificar o déficit de matrículas, criando assim as condições objetivas para a deflagração do Programa "Toda Criança na Escola". O cotejo das duas pesquisas possibilita, ainda, estimar com maior precisão o número de crianças na faixa dos 7 aos 14 anos fora da escola, por estado e por município, instruindo o planejamento das ações a serem desenvolvidas, focalizadas nas áreas de maior incidência de exclusão escolar.

Treinamento e formação do magistério

A qualificação do magistério é, indiscutivelmente, variável determinante para o desempenho do sistema educacional. Em relação à titulação dos professores do ensino fundamental, o quadro ainda é insatisfatório, conquanto se observe gradual melhora em todo o País, com a progressiva redução do número de "professores leigos". Mas existem ainda cerca de 250 mil professores que não possuem a formação mínima exigida, correspondente ao curso de magistério para regência de classe de 1- a 4ª séries, e de licencia-

tura, para lecionar de 5^a a 8^a séries. A incidência de professores leigos é maior no Nordeste, principalmente nas escolas municipais localizadas na área rural.

Diante desse quadro, a valorização do magistério aparece como uma das principais prioridades da política educacional do governo federal. A estratégia básica para alcançar este objetivo foi definida com a criação do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Com essa nova sistemática de redistribuição dos recursos da educação, os órgãos estaduais e municipais de educação terão condições de promover uma efetiva melhoria salarial, mesmo porque deverão adotar planos de carreira e remuneração do magistério com a observância das diretrizes nacionais fixadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Outro importante programa desenvolvido pelo MEC é a TV Escola, criada com o objetivo de contribuir para a capacitação e o aperfeiçoamento do professor em exercício, melhorando o seu desempenho em sala de aula, como também para sua habilitação, pois se constitui recurso didático a ser utilizado nos cursos de formação do magistério. Além disso, oferece um novo material de apoio pedagógico que enriquece o conteúdo das aulas, beneficiando diretamente os alunos. Este programa já está implantado em cerca de 45 mil escolas de ensino fundamental.

Finalmente, encontra-se em fase de planejamento e articulação um projeto de titulação de professores leigos, a ser desenvolvido no âmbito da TV Escola, mediante parceria com a Secretaria de Educação Fundamental, com as secretarias estaduais de educação e com instituições de formação de magistério. Com a utilização de recursos da educação a distância, combinada com atividades presenciais, esta iniciativa pretende apoiar os sistemas de ensino para cumprir a meta de acabar com a existência de professores leigos no prazo de cinco anos.

V - Alternativas Pedagógicas que serão incentivadas

Diante da diversidade das causas de exclusão e permanência de crianças e adolescentes fora da escola, não existe uma solução única que possa ser aplicada com eficácia em todas as situações-tipo descritas. O problema exige, portanto, ações focalizadas e estratégias diferenciadas. Seria falacioso apontar como alternativa a construção de mais escolas, exceto em áreas onde for efetivamente comprovado o déficit de vagas na rede instalada.

O esforço de expansão da matrícula deve conjugar-se com ações para a melhoria da qualidade do ensino, pois em muitas situações a causa da evasão está na própria escola. Portanto, é preciso dar uma solução a partir da perspectiva da aprendizagem. Neste sentido, será prioridade do MEC dar continuidade e ampliar programas que já se encontram em fase de implementação, em parceria com os estados e municípios, respondendo aos principais desafios do ensino fundamental. Destacam-se, entre essas ações, as seguintes:

Programa de Aceleração da Aprendizagem

Com a flexibilidade estabelecida pela LDB, os sistemas de ensino podem adotar formas alternativas de organização da educação básica, nos níveis fundamental e médio. Entre as propostas de maior impacto, destaca-se a da criação de classes de aceleração da aprendizagem, que oferecem aos alunos com distorção idade/série a oportunidade de retomar o percurso escolar regular. Os resultados já obtidos nas experiências desenvolvidas em vários estados indicam que a disseminação dessa prática pedagógica proporcionará, entre outros, os seguintes benefícios:

- regularização do fluxo escolar, liberando mais vagas na séries iniciais do ensino fundamental;
- condições para a melhoria da qualidade do ensino, na medida em que serão eliminadas as classes superlotadas;
- redução dos custos do sistema, com a racionalização da rede e melhor aproveitamento dos recursos humanos;
- oportunidade para trazer de volta as crianças e adolescentes que se evadiram, oferecendo-lhes a chance de retomar o percurso escolar regular.

Escolas Rurais Multisseriadas

Esta inovação pedagógica, amparada na LDB, consiste na organização do ensino por módulos, em vez das séries anuais, nas escolas unidocentes da zona rural. A promoção acontece quando o aluno consegue vencer os conteúdos curriculares de cada unida-

de em tempo e ritmo próprios. Esta metodologia tem como grande vantagem adequar o calendário escolar ao ciclo de atividades no campo, permitindo que o aluno possa se ausentar no período do plantio ou da colheita para ajudar a família, sem prejuízo para o seu processo de aprendizagem.

Ao voltar à sala de aula, o aluno retoma o módulo que estava cursando antes de seu afastamento temporário. Com o apoio do MEC, quatro estados iniciaram este ano a implantação de escolas multisseriadas, adotando assim uma nova estratégia para reverter os elevados índices de repetência e evasão nas escolas rurais. O MEC está financiando programas de capacitação de professores e de elaboração de materiais instrucionais específicos para as classes multisseriadas. Esta experiência será estendida a outros estados.

Regime de Progressão Continuada

Este novo modelo de organização do ensino fundamental, já adotado por diversos sistemas estaduais e municipais, incorpora experiências implantadas com êxito em outros países. A mudança mais profunda é de mentalidade, pois a idéia básica é substituir a pedagogia da repetência pela pedagogia do sucesso escolar. O novo regime elimina a reprovação durante as oito séries do ensino fundamental, dividindo o curso fundamental em ciclos.

Mas a promoção automática não dispensa a avaliação continuada da aprendizagem e a necessidade de reforço dos conteúdos nos quais o aluno não apresente rendimento satisfatório. O Conselho Estadual de Educação de São Paulo aprovou resolução estendendo o regime de progressão continuada às redes estadual e municipais de ensino fundamental. Esta proposta deve ser difundida como alternativa para eliminar a repetência, principal causa da evasão escolar, porém sua adoção deve estar combinada com medidas destinadas à melhoria da qualidade do ensino.

Alfabetização Solidária

O Programa Alfabetização Solidária propõe uma nova estratégia para combater um velho problema, o analfabetismo, promovendo parcerias e respeitando a diversidade de concepções e modelos. A iniciativa é desenvolvida em conjunto pelo governo federal, por meio do MEC e do Conselho do Programa Comunidade Solidária, os estados e municípios, as universidades e as empresas. O MEC fornece o material didático e o material de apoio.

Sua implantação teve início a partir de um projeto-piloto que contemplou 38 municípios com índices de analfabetismo superiores a 55% na população da faixa etária dos 15 aos 19 anos, todos localizados nas regiões Norte e Nordeste. Hoje, o programa já está presente em 120 municípios, atendendo cerca de 40 mil alunos. A meta para janeiro de 1998 é alcançar 200 municípios e 60 mil alunos. O programa dá prioridade aos jovens de 12 a 18 anos, embora não faça restrições quanto à faixa etária. O objetivo é permitir que o alfabetizado possa retornar ao ensino regular ou utilizar o conhecimento adquirido em atividades produtivas.

O MEC selecionou e desenvolveu materiais de comprovado valor didático-pedagógico, utilizados como referência nos projetos de alfabetização que apresentaram bons resultados. Com base nessas experiências, o Programa Alfabetização Solidária já dispõe de material de qualidade que pode ser reproduzido e utilizado em outros projetos, com o apoio da Secretaria de Educação Fundamental (SEF/MEC).

Educação para a Qualidade no Trabalho

Em março de 1996, Concomitantemente com a abertura do Ano da Educação, o governo federal lançou o Programa "Educação para a Qualidade do Trabalho", tendo como objetivo garantir uma escolaridade mínima a todos os trabalhadores brasileiros, equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental. No âmbito dessa iniciativa, as empresas são estimuladas a criar classes de alfabetização e de educação continuada para os seus empregados no próprio local de trabalho.

O MEC fornece material didático de apoio aos professores e alunos. Compõem o material básico um conjunto de questionários para avaliação diagnóstica dos níveis de domínio dos recursos básicos da linguagem e da escrita, vídeo de apoio à ação de professores e monitores, sete volumes para o uso do aluno, com textos e exercícios, e dois manuais para o professor. Outro material disponível é a proposta curricular de Educação de Jovens e Adultos para o primeiro segmento do ensino fundamental. As prefeituras municipais recebem, ainda, um manual com orientações sobre os procedimentos para atendimento, no ensino fundamental, aos jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade própria.

Com o intuito de incentivar essas ações, foi instituído o Prêmio "Educação para a Qualidade do Trabalho", que destaca experiências dos sistemas de ensino e da sociedade civil organizada. O objetivo é envolver todos os segmentos da sociedade na luta contra o analfabetismo e em prol da universalização do ensino fundamental, premiando ações bem-sucedidas na área de educação de jovens e adultos.

VI - Estratégias de Ação

A meta de colocar nas escolas todas as crianças em idade escolar só será alcançada mediante a conjugação de esforços dos três níveis de governo e de todos os segmentos da sociedade, instituições e setores empresariais. Para promover a necessária convergência de objetivos e mobilização de meios, o Programa "Toda Criança na Escola" deverá combinar as seguintes estratégias de intervenção e de estímulo à ação de todos os agentes educacionais:

Aprofundamento do diagnóstico do problema:

Localizar a distribuição numérica e geográfica do contingente de crianças fora da escola, por estados e municípios, com base nos resultados do Censo Escolar e da Contagem da População de 1996, elaborando, a partir dessas informações, o Mapa da Exclusão Escolar no Brasil.

Realizar, em conjunto com os sistemas estaduais e municipais de ensino, um diagnóstico sobre as causas da existência de elevado número de crianças na faixa etária de escolarização obrigatória fora da escola, priorizando as áreas e microrregiões de maior incidência de déficit educacional.

Produzir indicadores educacionais socioeconômicos para cada unidade da Federação e seus municípios para monitorar e acompanhar a implementação do programa e auxiliar na análise das solicitações de financiamento de projetos específicos: taxas de aprovação, reprovação e abandono; número de escolas unidocentes, carga horária e horas diárias de permanência na escola; qualificação do corpo docente; número médio de alunos por professor; índices de alfabetização; frequência de crianças que trabalham; frequência de mães adolescentes.

Articulação das ações com as demais instâncias do setor público:

Definir, em conjunto com estados e municípios, estratégias e ações adequadas a cada situação-tipo, estabelecendo mecanismos de parceria e cooperação para expansão da matrícula do ensino fundamental e promoção de condições que assegurem a permanência das crianças na escola.

Articular o programa com o CONSED e com a UNDIME, de forma a estabelecer um claro compromisso dos sistemas estaduais e municipais de ensino com a meta de garantir vagas nas escolas para todas as crianças e adolescentes em idade escolar.

Promover o Dia Nacional da Matrícula, em fevereiro de 1998, precedido de ampla campanha de mobilização nos meios de comunicação social, visando cumprir a meta "Toda Criança na Escola".

Mobilização da sociedade civil:

Sensibilizar e mobilizar a sociedade para a compreensão do problema e o seu comprometimento e envolvimento no processo de localização e identificação das crianças e jovens fora da escola. Isso será feito por meio de campanhas, utilizando-se os diferentes meios de informação.

Realizar reuniões para divulgação dos objetivos e formas de atuação do programa, com a participação de órgãos governamentais e entidades não-governamentais, preferencialmente no nível regional e local.

Articular e mobilizar todos os agentes, públicos e privados, capazes de implementar as diversas propostas de atuação do programa, visando estabelecer diferentes formas de parceria com vistas à articulação das ações e otimização do uso dos recursos disponíveis.

Promover a cooperação do Ministério Público, dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares, principalmente para cobrar a obrigação legal dos pais de encaminhar os filhos às escolas. Os agentes de saúde, nos estados que possuem programa nessa área, também podem participar, como já vêm fazendo, na localização das crianças que estão fora da escola e no seu encaminhamento aos órgãos responsáveis pelo atendimento educacional.

Apoiar entidades não-governamentais que atuam na área de atendimento a grupos de risco e que já desenvolvam projetos educacionais.

Fortalecer as ações de erradicação do trabalho infantil, em conjunto com outros ministérios, governos estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.

Financiamento:

Reorientar os recursos já existentes para apoiar programas de universalização de matrículas e de redução da distorção idade/série.

Suplementar as dotações orçamentárias para ampliar as ações de melhoria da qualidade do ensino fundamental que já estão sendo implementadas e financiar novas iniciativas.

Criar novos mecanismos para apoio financeiro de atividades desenvolvidas por entidades não-governamentais, especialmente aquelas dirigidas a grupos de risco e/ou em situação de exclusão social e escolar.

Promover a participação da comunidade no financiamento do programa, mediante doações depositadas numa conta única do Banco do Brasil. O governo federal aportará recursos proporcionais ao montante arrecadado em cada município. Estes recursos serão geridos pelos Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente.

VII - Principais ações a serem desenvolvidas

A sociedade e os sistemas de ensino já dispõem dos recursos e dos mecanismos necessários para implementar o Programa "Toda Criança na Escola". O papel do governo federal, por meio do MEC, será o de induzir, estimular, promover e articular as ações que serão desenvolvidas pelos estados, municípios e entidades da sociedade em geral. Também participará do financiamento de ações Complementares das demais instâncias públicas e organizações não-governamentais, sempre com o objetivo de colaborar nas soluções dos pontos de estrangulamento.

Em primeiro lugar será preciso aprofundar diagnósticos para identificar situações-tipo e fazer um mapeamento das áreas críticas nas unidades da Federação e municípios. A partir da realização desses levantamentos, deverão ser definidas as prioridades de atuação em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de educação, dando primazia às áreas de déficit educacional que apresentem maior quantidade de crianças fora da escola.

Em fevereiro de 1998, o MEC promoverá o Dia Nacional da Matrícula, precedido de ampla campanha de mobilização nos meios de comunicação social, com o objetivo de estimular um esforço nacional para garantir "Toda Criança na Escola". Para cada situação identificada, estados, municípios, ONG's e outros segmentos organizados deverão estabelecer os procedimentos necessários à efetivação da matrícula. Diferentes formas de parcerias e de intervenção, mesmo que emergenciais, serão estimuladas. A utilização de espaços alternativos, a otimização da sala de aula, a reorganização da rede escolar e a redistribuição do alunado são, entre outras, formas de progressiva superação da situação existente.

Não basta, contudo, expandir a matrícula; é necessário, também, conferir especial ênfase às estratégias que objetivem garantir a permanência das crianças na escola e corrigir as situações de distorção idade-série identificadas. Nesse sentido, o MEC tornará disponíveis materiais didáticos específicos e apoiará programas de aceleração da aprendizagem e de capacitação docente especialmente destinados a essa finalidade.

O Programa "Toda Criança na Escola" deverá promover, entre outras, as seguintes ações:

Campanha de mobilização, visando promover a participação das comunidades no esforço para garantir a permanência das crianças na escola.

Ampliação, reforma e construção de escolas em áreas onde comprovadamente a rede instalada não é suficiente para atender à demanda.

Financiamento de aquisição de veículos para transporte escolar, de mobiliários e outros equipamentos escolares e de reprodução, impressão e distribuição de materiais didático-pedagógicos.

Treinamento e capacitação de professores para programas de aceleração de aprendizagem e escolas multisseriadas.

Formulação de indicadores para aferir a situação escolar por unidade da Federação e municípios, caracterizando as prioridades.

Apoio e financiamento a novos projetos de educação de jovens com baixa ou nenhuma escolaridade, no âmbito dos programas Alfabetização Solidária e Educação para Qualidade do Trabalho.

Financiamento de projetos para atendimento educacional específico a crianças e jovens carentes e/ou em situação de risco.

Estabelecimento de parcerias com o setor empresarial com vistas à execução e financiamento de ações dirigidas aos focos de analfabetismo e de déficit educacional.

Utilização da TV Escola como um dos instrumentos de treinamento de professores e apoio ao seu trabalho em sala de aula, bem como divulgação do Programa.

VIII - Formas de Financiamento

O papel do governo federal neste programa é, sobretudo, estimular, promover, induzir e articular ações que possibilitem o acesso e a permanência de toda criança na escola. Não cabe ao governo federal a responsabilidade exclusiva pelo financiamento do Programa "Toda Criança na Escola". É preciso otimizar os recursos já existentes e buscar soluções que possam significar aporte de outros recursos.

A redistribuição e o ingresso de novos recursos, injetados pela União em alguns estados e municípios com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, representam maior capacidade de financiamento para essas instâncias. No entanto, convocar a participação de todos para a captação dos recursos necessários à concretização do Programa é condição importante para o êxito do mesmo. Ao MEC caberá uma *ação supletiva*, em função das novas matrículas, por meio das seguintes formas de atuação:

Complementação dos recursos do Fundo para as unidades da Federação que não atingirem o gasto mínimo por aluno, definido nacionalmente. Para este ano, está em vigor o valor mínimo de R\$ 300,00, fixado pela Lei nº 9.394/96. Em 1998, esse valor será aumentado para R\$ 315,00.

Distribuição de Livros Didáticos e atendimento à Merenda Escolar;

Prêmio, na forma de recursos financeiros suplementares, às Unidades Executoras que se mobilizarem para matricular o maior número de crianças que se encontram fora da escola no município;

Financiamento de:

reprodução, impressão e distribuição de materiais didático-pedagógicos;

capacitação e treinamento de professores;

treinamento de profissionais da educação para implementação e acompanhamento de projetos de aceleração da aprendizagem;

aquisição de veículos para transporte de alunos;

aquisição de mobiliários e outros equipamentos escolares;

ampliação física e conclusão de escolas;

recuperação de prédios escolares desativados ou subutilizados e adequação de espaços públicos disponíveis;

educação de jovens com baixa ou nenhuma escolaridade e atendimento educacional específico a crianças e jovens carentes e/ou em situações de risco.

Para todas estas ações, o MEC, através do FNDE, já dispõe dos programas orçamentários correspondentes. Entretanto, os recursos previstos para 1998 deverão ser suplementados, tanto para assegurar a execução da sua programação normal quanto

para atender às novas ações previstas neste programa. Por outro lado, deverão ser estudados novos mecanismos para o apoio financeiro das atividades desenvolvidas por entidades não-governamentais, especialmente aquelas dirigidas a grupos de risco.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)